



TESOURO NACIONAL

2024
Setembro

RREO em Foco da União

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União



Ministro da Fazenda

Fernando Haddad

Secretário Executivo do Ministério da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretário do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretária Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretário de Administração Financeira Federal (SUAFI)

Marcelo Pereira de Amorim

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal (SUPEF)

Davi Rebelo Athayde

Subsecretário de Gestão Fiscal (SUGEF)

Rafael Rezende Brigolini

Subsecretário da Dívida Pública (SUDIP)

Otávio Ladeira de Medeiros

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN)

Suzana Teixeira Braga

Subsecretária de Assuntos Corporativos (SUCOP)

Maria Betania Gonçalves Xavier

Subsecretário de Contabilidade Pública (SUCON)

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Coordenador-Geral de Contabilidade da União

Luciano Moura Castro do Nascimento

Coordenador de Informações Contábeis e Fiscais da União

Renato da Costa Usier

Gerente de Informações Contábeis

Diego Rodrigo Lopes Batista Rocha

Equipe Técnica

André Luiz Santana Ferrari

Henrique Guilherme do Amaral Santos

Marcelo Ferreira Guerra

Sandro Alex Bezerra Vieira

**Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional
Arte**

Hugo Pullen

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

Anexo 3

Port. STN 699/2023

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 699/2023

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

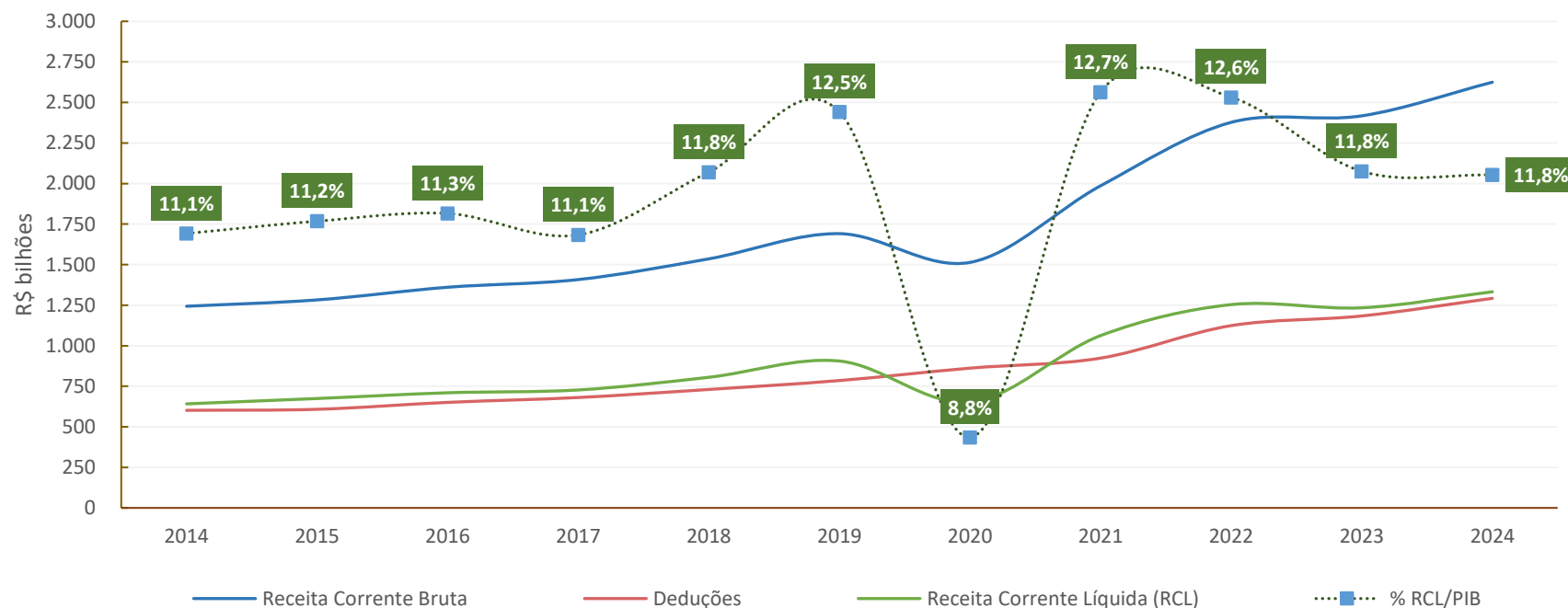
Anexo 3

Port. STN 699/2023

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Corrente Bruta	1.243	1.283	1.361	1.408	1.536	1.691	1.514	1.986	2.377	2.417	2.625
Receita Tributária	400	425	459	465	507	546	517	711	856	888	990
Receita de Contribuições	671	688	730	800	844	853	826	1.001	1.128	1.197	1.328
Demais Receitas Correntes	172	170	172	143	184	292	171	274	392	332	307
Deduções	602	608	651	681	730	785	862	924	1.124	1.184	1.292
Transf. Constitucionais e Legais	218	214	239	240	267	298	378	367	487	484	539
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	319	326	342	361	380	405	396	454	530	586	624
Outras Deduções	65	68	70	80	84	83	87	103	107	113	129
Receita Corrente Líquida (RCL)	642	675	710	727	805	906	652	1.063	1.253	1.234	1.333



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e Novas receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Setembro de 2024, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida.

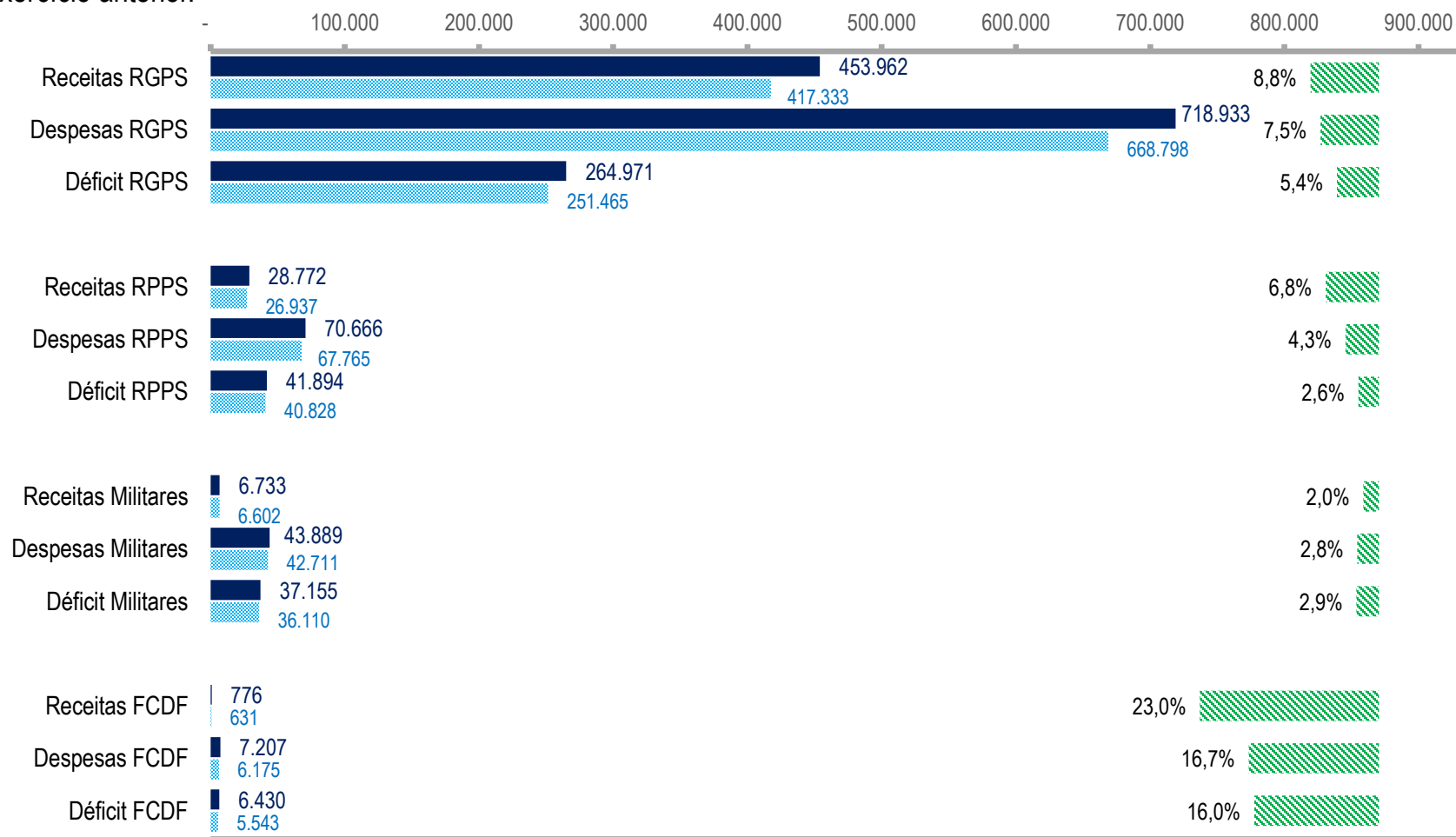
Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - até Setembro/2024 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2024

■ 2023

■ Variação (%)

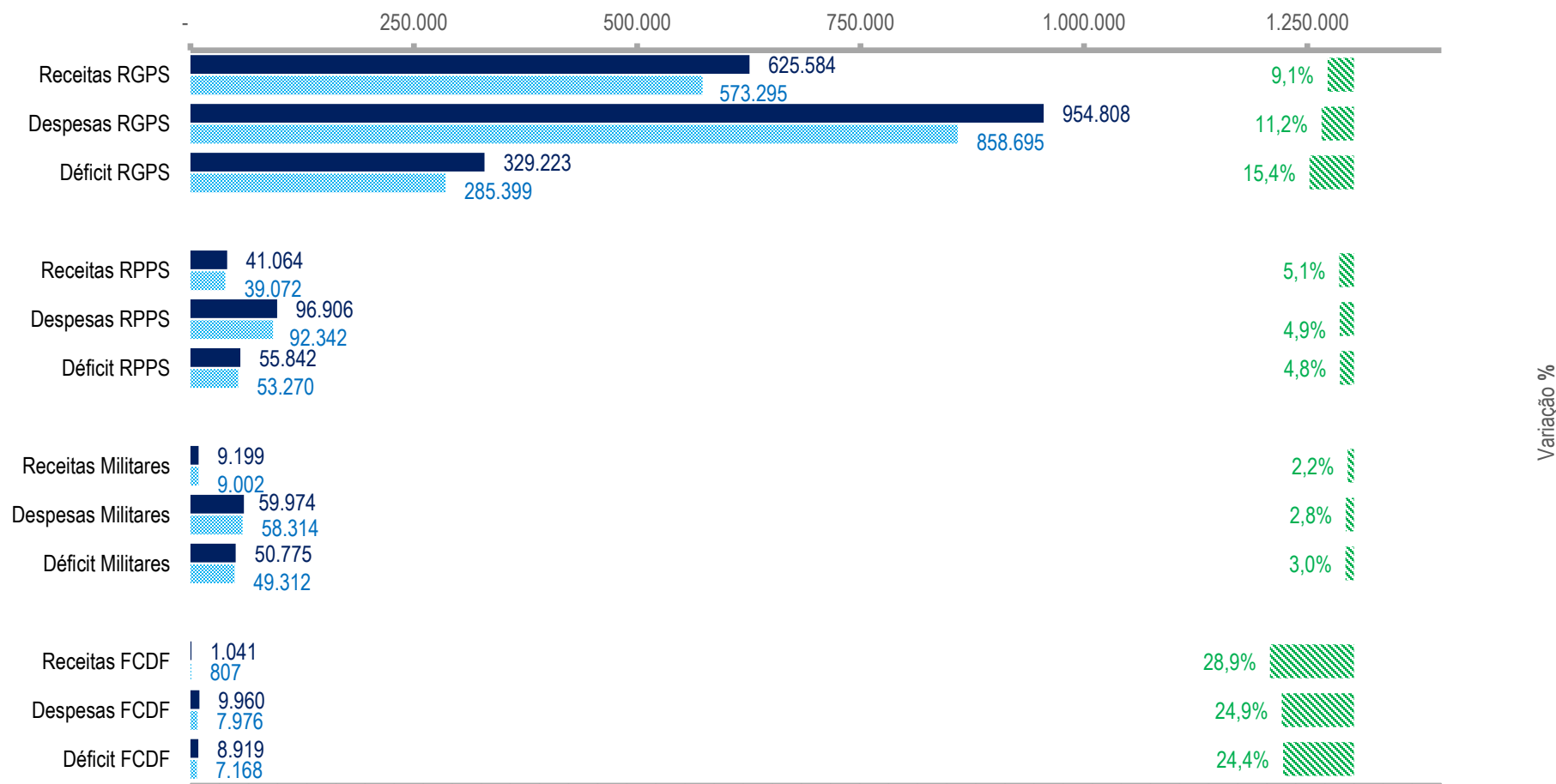
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Setembro de 2024, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas – Acumulado últimos 12 meses (R\$ milhões)

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- 2024 Out/2023 a Set/2024
- 2023 Out/2022 a Set/2023
- Variação (%)

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Setembro de 2024, Anexo 4 – Previdência.

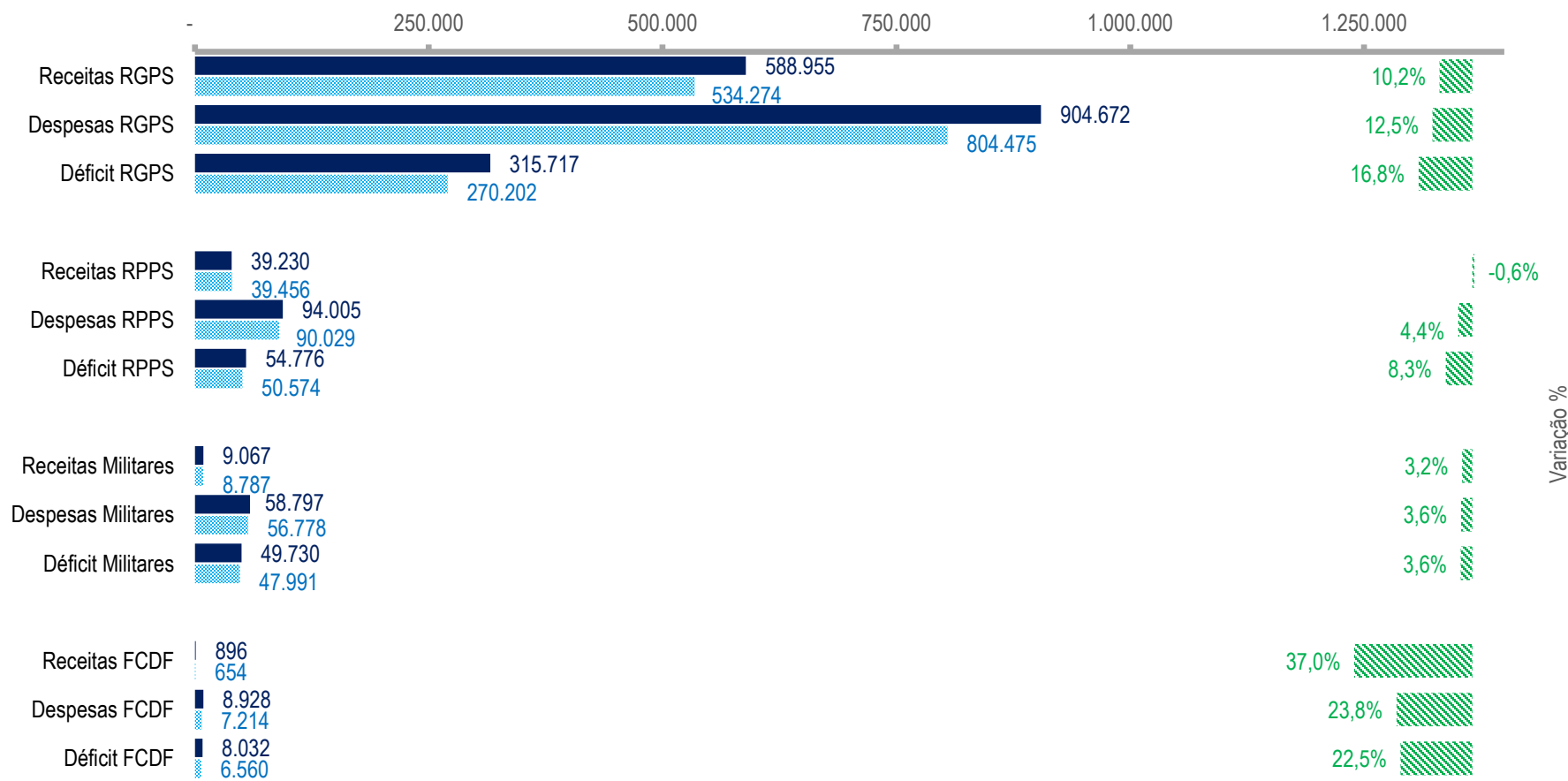
Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - 2023 e 2022 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2023

■ 2022

■ % 2023/2022

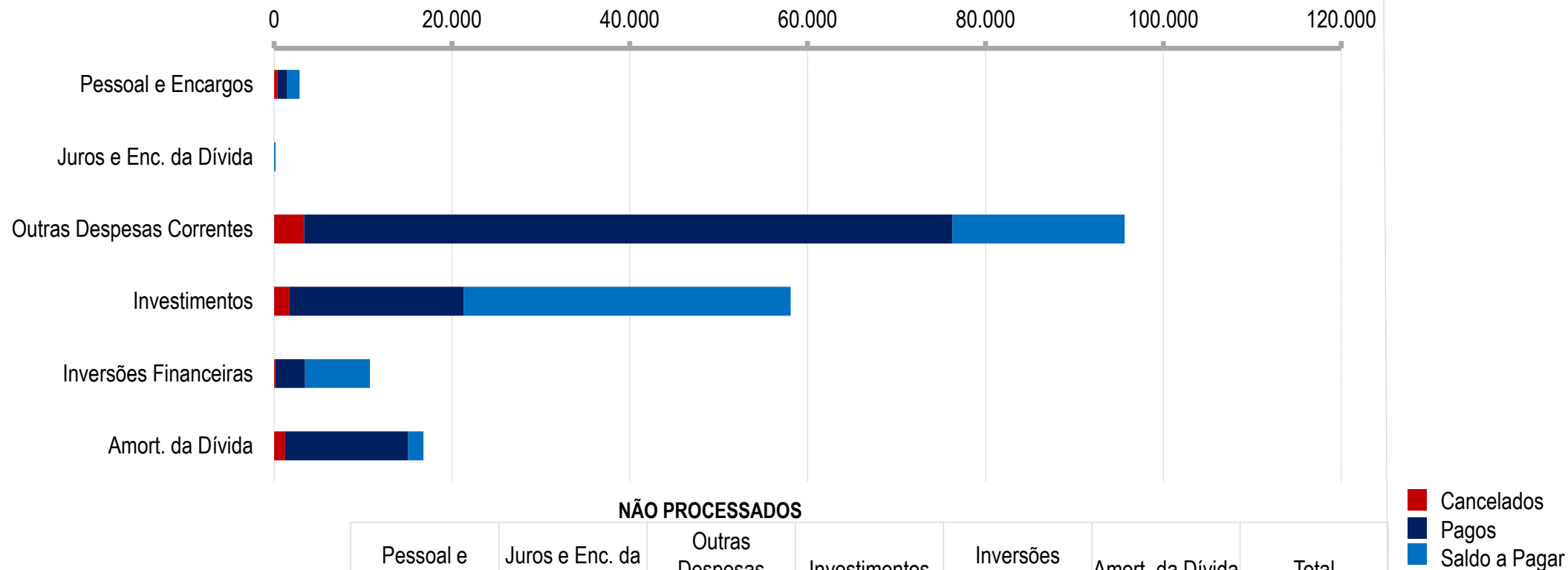
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 7

Port. STN 699/2023

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Setembro/2024 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



NÃO PROCESSADOS

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	364	-	3.363	1.675	132	1.224	6.759
■ Pagos	1.110	1	72.937	19.630	3.333	13.859	110.870
■ Saldo a Pagar	1.376	159	19.338	36.772	7.320	1.717	66.682
Total	2.851	160	95.639	58.077	10.785	16.801	184.311

■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

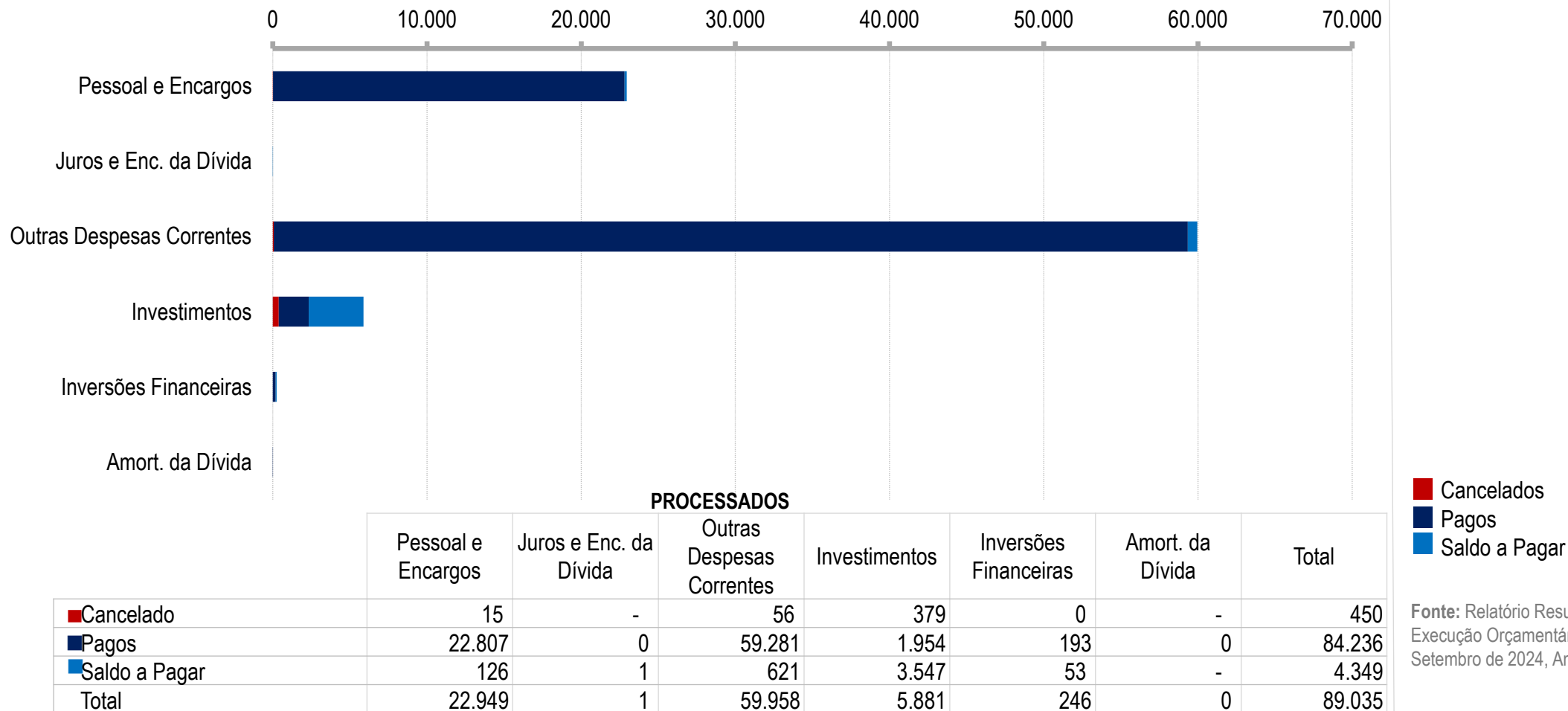
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Setembro de 2024, Anexo 7.

Anexo 7

Port. STN 699/2023

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa) Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Setembro/2024 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.

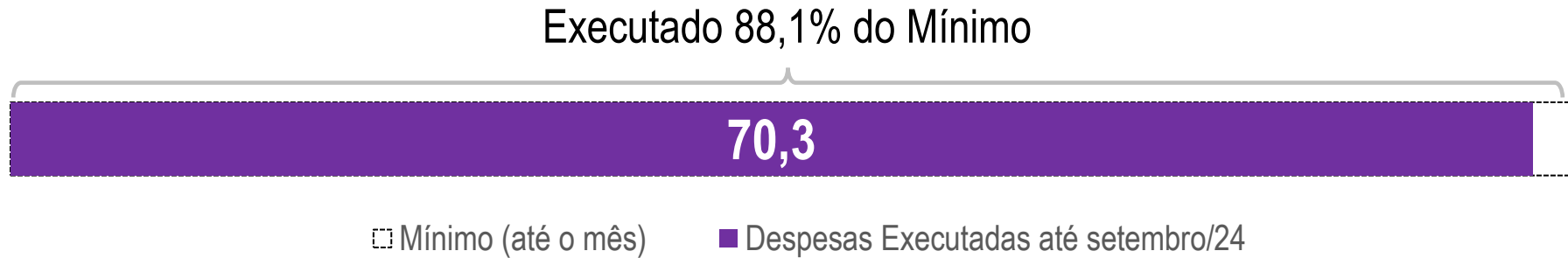


Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Setembro de 2024, Anexo 7.

Anexo 8
Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Setembro/2024 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o valor equivalente a 18% da Receita Líquida de Impostos (Receita de Impostos deduzidas de transferências constitucionais a Estados e Municípios). Ao longo do exercício, tal verificação se faz em relação à despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados. O gráfico abaixo ilustra o valor da Receita Líquida de Impostos e a execução até Setembro de 2024.



Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Comparação Despesas Executadas (em Setembro) X Mínimo (em Dezembro)

Limite de Educação	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	SET/2024
Despesas Executadas com Educação	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	69,3	76,3	84,0	87,2	70,3
Mínimo (até o mês)*	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4	55,6	62,8	66,4	79,8
Despesa Excedente ao Mínimo	12,6	13,1	20,1	14,2	14,0	10,4	14,8	20,7	21,2	20,8	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Setembro de 2024, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 8
Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Setembro/2024 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Setembro/2024, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Setembro	18% RLI	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2024	79,8	70,3	88,1%
2023	69,2	61,0	88,0%
2022	67,5	55,5	82,3%
2021	91,1	48,3	53,0%
2020	39,1	44,5	114,0%
2019	43,1	41,3	95,9%
2018	40,2	43,7	108,7%
2017	36,4	41,9	114,9%
2016	34,5	43,0	124,6%
2015	35,5	44,1	124,3%
2014	32,8	35,1	107,0%
2013	31,2	29,6	94,9%
2012	29,4	25,9	88,1%
2011	27,4	22,1	80,6%

Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

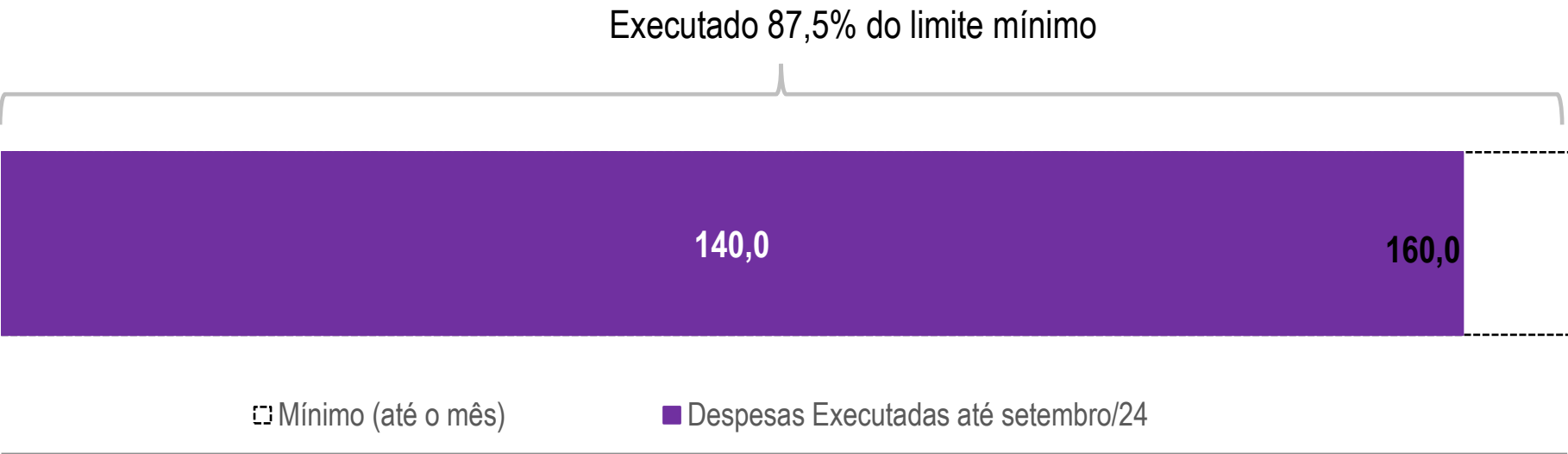
Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Setembro de 2024 e anteriores, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 12
Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Setembro/2024 (R\$ bilhões)

A aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no exercício, conforme a regra constitucional, deve ser de 18% do valor da Receita Corrente Líquida.



Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Comparação Despesas Executadas (em Setembro) X Mínimo (em Dezembro)

Limite de Saúde	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	SET/2024
Despesas Executadas com Saúde	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	122,3	161,0	179,1	151,9	179,8	140,0
Limite Mínimo (até o mês)	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2	127,1	139,8	147,9	160,0
Despesa Excedente ao Mínimo	0,3	1,7	10,9	5,6	4,5	5,0	39,7	52,0	12,0	31,9	

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Setembro de 2024, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Anexo 12

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Setembro/2024 (bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Setembro/2024, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Setembro	15% da RCL	Despesas Executadas	% do Mínimo Atingido
2024	160,0	140,0	87,5%
2023	145,1	102,0	70,2%
2022	149,5	102,9	68,8%
2021	119,5	112,2	93,8%
2020	71,6	112,4	157,0%
2019	95,7	78,0	81,5%
2018	91,4	75,5	82,6%
2017	84,0	74,2	88,4%
2016	79,7	71,2	89,3%
2015	78,4	70,4	89,8%
2014	75,1	63,8	84,9%
2013	72,4	53,1	73,4%
2012	70,9	48,2	67,9%
2011	64,5	44,1	68,4%

Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

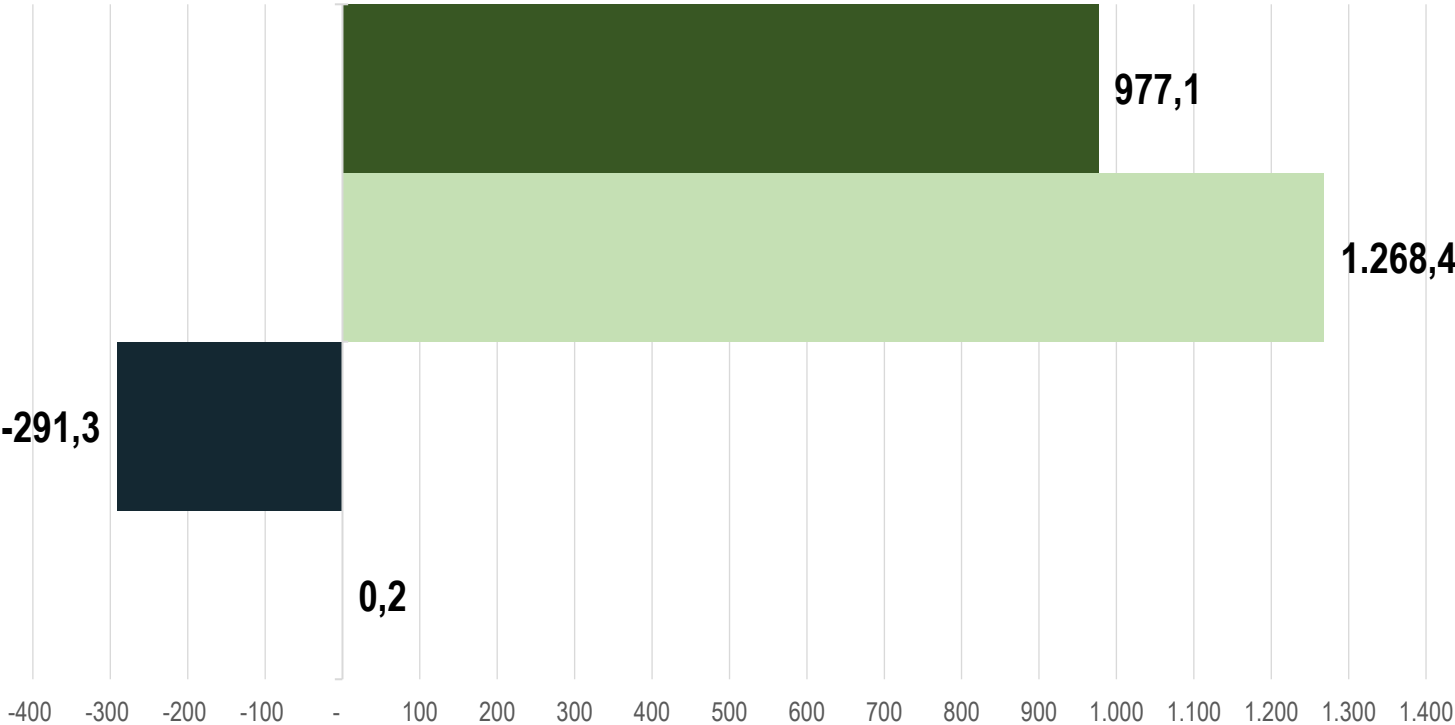
Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Setembro de 2024 e anteriores, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social
Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Setembro/2024 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



	R\$ bilhões
Receitas da Seguridade Social	977
Despesas da Seguridade Social	1.268
Resultado	-291
DRU	0

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Setembro de 2024, Tabela 1-A – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social
Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Setembro/2024 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Setembro de 2024, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO											
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RGPS	216,75	239,63	252,64	258,61	270,94	279,05	295,63	269,17	322,72	378,31	417,33	453,96
RPPS - Civil e FCDF	17,16	18,64	20,36	20,64	23,30	23,40	23,45	27,31	28,67	27,80	27,57	29,55
Pensões Militares	1,57	1,74	1,98	2,09	2,44	1,72	1,84	4,63	6,11	6,39	6,60	6,73
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	180,33	191,34	199,47	252,40	186,80	211,34	215,21	253,32	343,62	404,68	409,33	486,84
Total das Receitas	415,81	451,34	474,45	533,73	483,49	515,51	536,13	554,43	701,12	817,18	860,84	977,09
Despesas da Seguridade Social												
Despesas do RGPS	268,58	292,81	318,84	371,27	411,51	431,61	460,86	512,48	547,08	614,58	668,80	718,93
Saúde	52,92	63,78	69,96	71,16	74,22	75,46	77,95	112,44	112,16	102,91	101,95	140,00
Assistência Social	45,59	49,94	53,04	57,87	62,05	65,33	68,21	323,84	124,96	137,49	196,13	210,70
RPPS - Civil e FCDF	46,60	46,56	50,33	52,71	59,84	61,81	66,03	69,05	69,95	70,87	73,94	77,87
Seguro Desemprego	22,09	25,82	28,59	28,04	28,36	27,11	28,05	31,38	26,96	30,37	33,97	38,61
Pensionistas Militares	18,04	23,12	25,51	12,47	13,97	15,61	16,72	16,98	17,80	18,60	19,32	19,85
Abono Salarial	11,26	10,67	5,35	14,00	11,84	12,89	12,79	16,37	10,16	23,01	24,61	27,96
Demais Despesas	15,87	17,62	18,97	20,01	23,55	24,88	24,37	25,44	26,42	28,89	38,92	34,46
Total das Despesas	480,96	530,34	570,59	627,53	685,35	714,69	754,97	1.107,98	935,49	1.026,72	1.157,64	1.268,40
Resultado												
Resultado da Seguridade Social	-65,15	-79,00	-96,14	-93,80	-201,86	-199,18	-218,84	-553,55	-234,38	-209,54	-296,80	-291,31
Receitas Desvinculadas (DRU)	42,38	44,14	45,71	6,86	70,89	81,41	82,19	0,15	0,15	0,16	0,20	0,19
Resultado com Receitas Desvinculadas	-22,78	-34,86	-50,43	-86,94	-130,97	-117,77	-136,65	-553,40	-234,22	-209,38	-296,59	-291,12

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

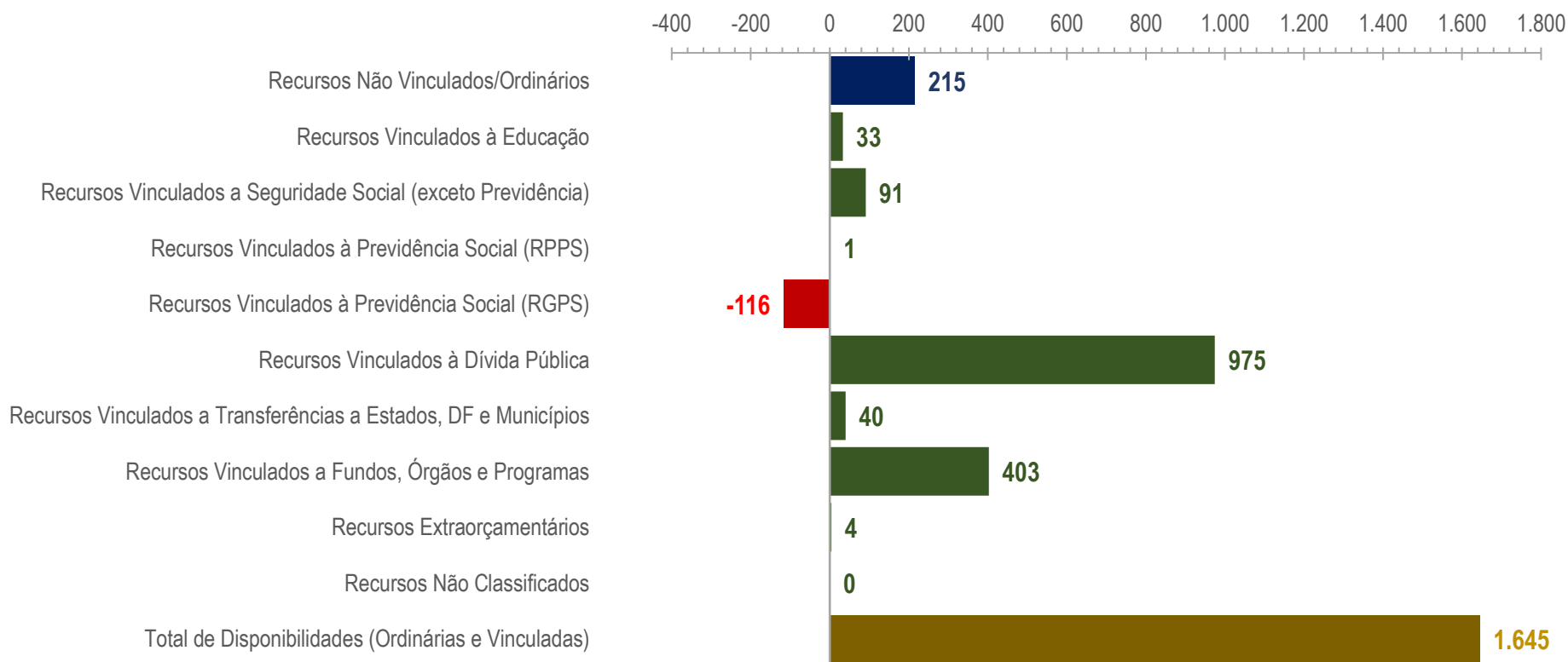
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Setembro de 2024 e anteriores, Tabela 1 –Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Setembro/2024 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Setembro/2024, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Setembro de 2024, Tabela 4 – Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo.